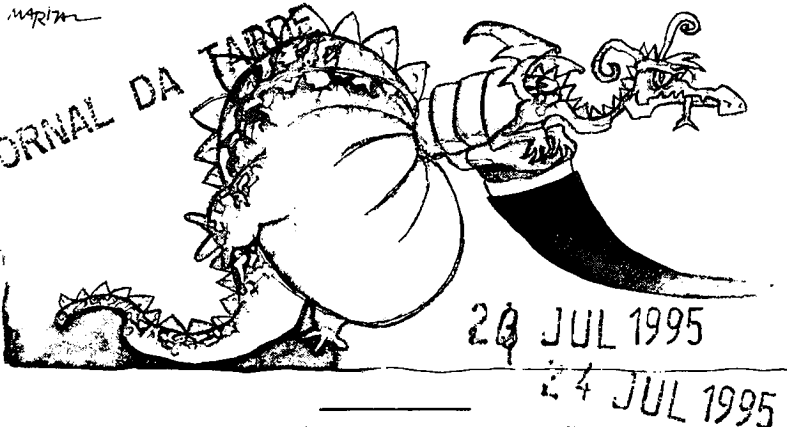


A variável de ajuste

PAUL SINGER

A inflação está novamente em ascenso, empurrada pelo reajustamento de tarifas públicas e por algum encarecimento dos alimentos, o que a entressafra tenderá a acentuar nos próximos meses. Neste contexto, é provável que a polêmica sobre se a economia já está em recessão ou não vai se intensificar. Para empresários e trabalhadores, a queda das vendas, desde maio, e o aumento do desemprego ou pelo menos a queda do emprego industrial são deveras preocupantes. Para a equipe econômica, no entanto, pode estar havendo níveis elevados de inadimplência, mas recessão ainda não. O governo se recusa a considerar dados de curtíssimo prazo e aponta para a grande elevação do consumo, produção e importação do primeiro semestre deste ano em comparação com o ano passado como prova de que não há sinal de recessão à vista — a queda de vendas e de emprego não passaria de um “desaquecimento” desejável, já que no primeiro trimestre a economia estava operando em um nível excessivo, insustentável a prazo mais longo.

Os argumentos do governo fazem sentido em face do desequilíbrio da balança comercial. A recessão até agora ainda não deprimiu a importação nem estimulou a exportação a ponto de restabelecer saldos positivos. Como o governo não quer interferir nos mercados, tendo mexido nas tarifas aduaneiras e adotado cotas de importação de automóveis com extrema má vontade e péssima consciência, ele na realidade joga suas fichas na recessão, como única possibilidade de conter as pressões inflacionárias. Ao negar que a economia está afundando em recessão, a equipe procura ga-



PARA SALVAR A ESTABILIZAÇÃO
DO PLANO REAL, O GOVERNO
NECESSITA DE UMA RECESSÃO
PARA OS PRÓXIMOS MESES

nhar tempo e manter por mais alguns meses as taxas de juros em alturas sufocantes.

Só que as taxas de juros não estão sendo suficientes para reduzir a demanda e em consequência o nível de atividade na velocidade almejada. O governo tem pressa porque sabe que não poderá contar por muito mais tempo com as importações subsidiadas pela valorização do câmbio nem com a superoferta de alimentos, pois as reservas cambiais não agüentam e os agricultores vão plantar muito menos para a próxima safra.

Para salvar a estabilização do Plano Real, o governo necessita de uma recessão maior para os próximos meses. Por isso resolveu mexer com os salários, que subitamente se tornaram a variável de ajuste. A pretexto de desindexá-los, o governo baixou uma medida provisória que visa impedir que haja qualquer aumento real de salário. E, pelo noticiário, dá para perceber que o governo, sabendo que a MP como está não passa pelo Congresso, vai

tentar adiar a sua votação para “testá-la” nos dissídios de setembro próximo. A esperança do governo é que a MP ajude a conter o reajustamento salarial de bancários e petroleiros, para sinalizar uma baixa geral de salários daí em diante.

É possível conter pressões inflacionárias e reequilibrar a balança comercial cortando a demanda da população por bens e serviços, por meio de crédito escasso e caro e arrocho salarial. Mas esta via é extremamente injusta, do ponto de vista social. Os juros altos transferem renda do Erário e de consumidores pobres (obrigados a comprar a prazo) aos detentores de riqueza financeira. E a baixa dos salários, que sem dúvida contém a demanda dos assalariados, favorece os empregadores. As camadas gerenciais das grandes empresas, que em geral autodeterminam seus próprios níveis de ganho, certamente não serão afetadas pela “desindexação” salarial.

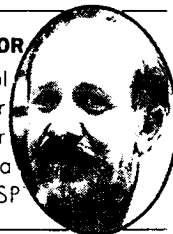
A variável de ajuste encontrada pelo governo poderá ser a gota d'água que fará trans-

bordar o copo. Se a economia já está adernando sob o efeito da contenção do crédito e da quebra de empresas e famílias inadimplentes, um arrocho salarial em regra, aplicado inicialmente nas categorias grandes e combativas para depois ser generalizado, poderá afundar a economia de vez. O efeito sobre as expectativas poderá ser fulminante: o comércio começará a liquidar estoques, a indústria a despedir em massa, as famílias atemorizadas suspendendo todas as compras adiáveis.

Ninguém deseja a volta da inflação elevada, mas deve haver meios menos desastrosos e injustos para obter este desiderato. Deveria ser possível conter as pressões inflacionárias, sejam dos agricultores descapitalizados, sejam dos trabalhadores arrochados ou do setor de saúde, etc. de forma negociada, contratando limitações congruentes aos aumentos de preços, tarifas e salários, sem jogar a economia toda numa recessão e sem fazer com que os desprivilegiados sejam os mais onerados. Como sempre tem sido. O movimento operário e o empresariado democrático deveriam vir a público com propostas factíveis de controle da inflação, para que aprendamos a combinar estabilidade relativa de preços com desenvolvimento da economia e redistribuição da renda.

O AUTOR

Paul
Singer
é professor
de economia
na FEA USP



N. da R.: Excepcionalmente não publicamos hoje o artigo de Luiz Inácio Lula da Silva, que está em férias.